

PAC 2019

Prestação Anual de Contas

CERSUL- Cooperativa de Distribuição de Energia e Desenvolvimento

CNPJ: 86.512.670/0001-02 IE: 250.249.537

<http://www.cersul.com.br/site/>

cersul@cersul.com.br

Sumário

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS	35
2.1 – Balanço Patrimonial	35
2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	37
2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	38
2.4 – Demonstrações do Fluxo de Caixa	39
2.5 – Notas Explicativas	40
3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL	55
3.1 – Relatório dos auditores	55
3.2 – Parecer Conselho Fiscal.....	57
4 – RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	58
5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS...	64
5.1 – Balanço Patrimonial	64
5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	65
5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	66
5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa.....	67
5.5 – Notas Explicativas	68
5.6 – Relatório Auditor Independente	95

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança energética para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

Visão

Ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental.

Valores

Comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência.

Senhoras e Senhores Cooperados

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cersul - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontram-se à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

Mensagem do Presidente

O conselho de Administração da Cersul apresenta o relatório de gestão do exercício de 2019, com a segurança de que as ideias e ações dos dirigentes foram coerentes com os propósitos e objetivos da cooperativa.

Nossa forma de administrar é a mais transparente possível, comprometido com a ética, com a segurança, com o quadro social e ambiental.

Somos referência em distribuição de energia, para trazer a nível regional o desenvolvimento e bem-estar.

Com este propósito apresentamos por meio dos demonstrativos contábeis e da análise de desempenho a evolução alcançada no último ano, destacando às principais ações da diretoria executiva, respaldada pelo apoio dos associados.

Faço saber que todas as nossas ações são sempre voltadas e focadas ao associado que é o nosso bem maior.

Nossos investimentos sempre com qualidade e preços justos, para que o retorno seja recíproco: Quantidade, qualidade e preço, para a satisfação dos nossos associados.

Por fim, renovamos o compromisso de gerir nossa cooperativa no caminho da excelência com ética e responsabilidade, profissionalismo e transparência, gerando qualidade de vida para nossos cooperados.

Jonnei Zanette

Presidente do Conselho Administrativo

1 Perfil Institucional

A Cersul é uma sociedade cooperativa, entidade sem fins lucrativos que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 17,6 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a onze municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, cinco a permissão é exclusiva e nos outros seis municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos onze municípios citados, a Cersul se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da Celesc no município de Maracajá.

2 Ligação de Consumidores

No ano de 2019, foram realizadas 365 novas ligações o que representou uma redução de 20,82% em relação ao ano anterior. Estas ligações estão divididas por classe de consumo e apresentadas abaixo:

Ligação de Consumidores					
Classe	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	111	233	243	244	252
Industrial	101	81	70	84	113
Comercial	87	59	66	41	76
Rural	58	80	81	95	99
Poderes Públicos	6	7	4	12	6
Iluminação Pública	2	-	31	51	59
Serviço Público	-	1	2	1	2
Consumo Próprio	-	-	-	1	0
Total	365	461	497	529	607
Variação	(20,82)	(7,24)	(6,05%)	(12,85%)	(3,34%)

Enfatizamos que na classe industrial abrange também as ligações feitas para as construções civis e após o término destas, as mesmas são reclassificadas para sua devida classe consumidoras.

3 Mercado de energia elétrica

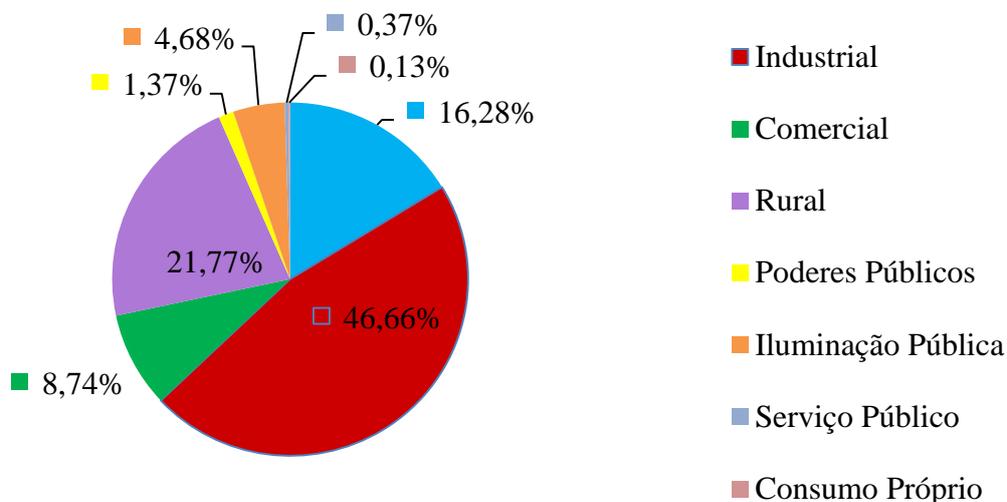
O faturamento de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2019 foi de 133.884,83 MWh, tendo apresentado um aumento de 0,52% em relação a 2018.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram a industrial e rural, utilizando 62.464,23 e 29.143,72 MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre os valores faturados de energia e sua variação no período.

Consumo de Energia (MWh)					
Classe	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	21.800	20.521	20.067	19.438	18.359
Industrial	62.464	63.862	71.000	76.125	80.321
Comercial	11.701	11.634	11.433	10.711	10.654
Rural	29.144	28.695	30.017	28.294	27.201
Poderes Públicos	1.829	1.761	1.661	1.627	1.465
Iluminação Pública	6.271	6.100	5.970	5.723	5.587
Serviço Público	498	409	345	353	378
Consumo Próprio	177	215	187	167	161
Total	133.884	133.197	140.680	142.438	144.126
Variação	0,52%	(5,32)	(1,23%)	(1,17%)	3,92%

Consumo por classe (2019)



3.1 Balanço energético

Balanço Energético (dados em KWh medidos)					
	2015	2016	2017	2018	2019
1 – Injeção de Energia	156.389.274	155.748.047	150.871.503	143.406.797	144.789.604
1.1 – A3 (Subestação Turvo)	153.081.421	153.099.450	148.986.143	141.761.253	142.306.606
1.2 – A4 (Subestação Maracajá)	3.307.365	2.644.717	1.872.991	1.635.533	2.031.175
1.3 – Grupo B (Microgeração)	488	3.880	12.369	10.011	451.822
2 – Fornecimento de Energia	143.084.578	141.326.577	139.533.877	132.006.946	132.660.731
2.1 – Mercado Cativo	143.084.578	141.326.577	139.118.018	131.501.675	132.660.731
2.1.1 – Grupo A4	79.007.486	66.101.842	69.914.454	62.721.026	61.606.246
2.1.2 – Grupo B	64.077.092	75.224.735	69.203.564	68.780.649	71.054.485
2.2 – Outros Agentes de Distr.	0	0	415.859	505.273	0
2.3 – Consumidores Livres	0	0	0	0	0
2.4 – Consum. Redes Básicas	0	0	0	0	0
3 – Perdas Totais	13.304.696	14.421.472	11.337.626	11.399.851	12.128.873
3.1 – Rede Básica	0	0	0	0	0
3.2 – Transmissão	0	0	0	0	0
3.3 – Distribuição	13.304.696	14.421.470	11.337.626	11.399.851	12.128.873
3.3.1 – Perdas Técnicas	11.616.203	11.942.536	9.924.006	9.945.265	10.556.036
3.3.2 – Perdas não Técnicas	1.688.493	2.478.934	1.413.620	1.454.586	1.572.837

3.2 Perdas

A Cersul mantém atenção permanente sobre o controle das perdas técnicas de energia. No ano de 2019 as perdas globais representaram 8,38% da energia injetada no sistema da cooperativa.

Perdas de energia (dados em kWh medidos)					
Energia injetada	Energia fornecida		Perdas	Perdas %	
144.789.604	132.660.731		12.128.873	8,38	
Perdas de Energia (dados medidos)					
	2015	2016	2017	2018	2019
1 - Perdas Totais	8,51%	9,26%	7,51%	7,95%	8,38%
1.1 - Perdas Técnicas	7,43%	7,66%	6,58%	6,94%	7,29%
1.2 - Perdas não Técnicas	1,08%	1,59%	0,94%	1,01%	1,09%

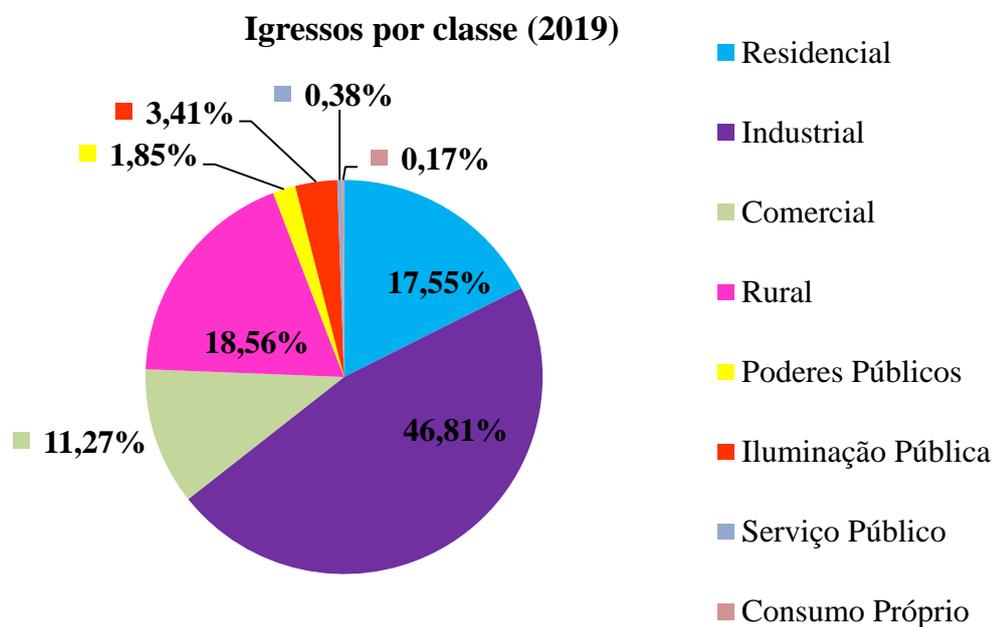
4 Ingressos por classe de consumo

As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a rural. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 24.650.675,26, e a classe rural R\$ 9.775.190,36.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

Ingressos por classe de consumo - R\$ mil			
Classe	2019	2018	Varição %
Residencial	9.244	8.719	6,02
Industrial	24.651	23.670	4,14
Comercial	5.936	5.237	13,35
Rural	9.775	8.635	13,20
Poderes Públicos	975	857	13,77
Iluminação Pública	1.796	1.623	10,66
Serviço Público	200	144	38,89
Consumo Próprio	91	103	(11,65)
Total	52.668	48.988	7,51

Abaixo gráfico representativo da tabela.

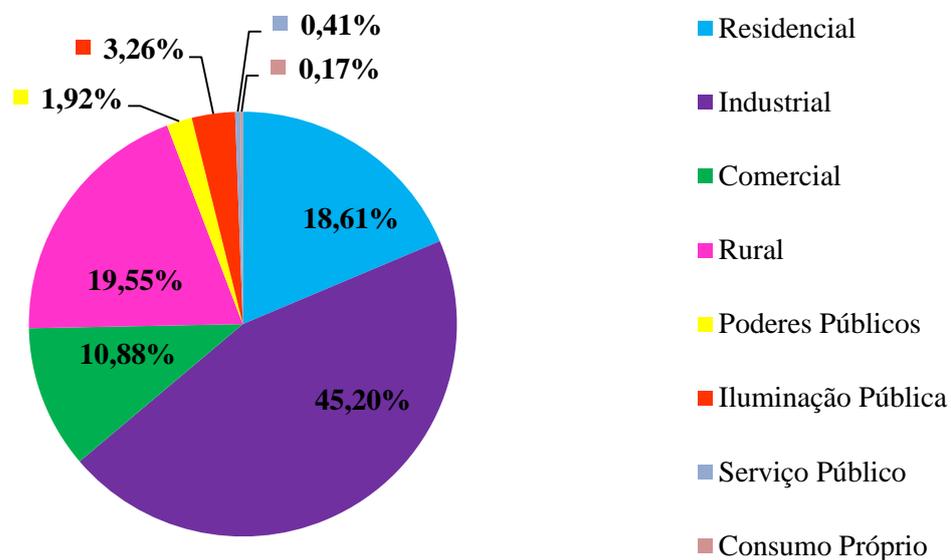


O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 40.640.772,17 conforme quadro a seguir:

Ingressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil			
Classe	2019	2018	Variação %
Residencial	7.565	7.128	8,77
Industrial	18.368	17.516	7,45
Comercial	4.422	3.891	14,41
Rural	7.947	6.984	2,51
Poderes Públicos	781	687	8,70
Iluminação Pública	1.326	1.180	8,76
Serviço Público	165	123	26,80
Consumo Próprio	68	76	22,58
Total	40.642	37.585	7,56

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Ingressos por classe - 2019 (Líquida ICMS)



No ano de 2019 o ingresso decorrente da cobrança das bandeiras tarifárias foi de R\$ 1.790.438,08.

5 Unidades consumidoras

Em dezembro de 2019, o número de unidades consumidoras chegou a 17.648, representando um aumento de 1,49% em relação a dezembro de 2018, como se pode observar nos quadros a seguir:

Localização dos Consumidores	%	2019	%	2018	Variação %
Área Rural	51,20	9.036	51	8.872	1,85
Área Urbana	48,80	8.612	49	8.525	1,02
TOTAL	100	17.648	100	17.397	1,44

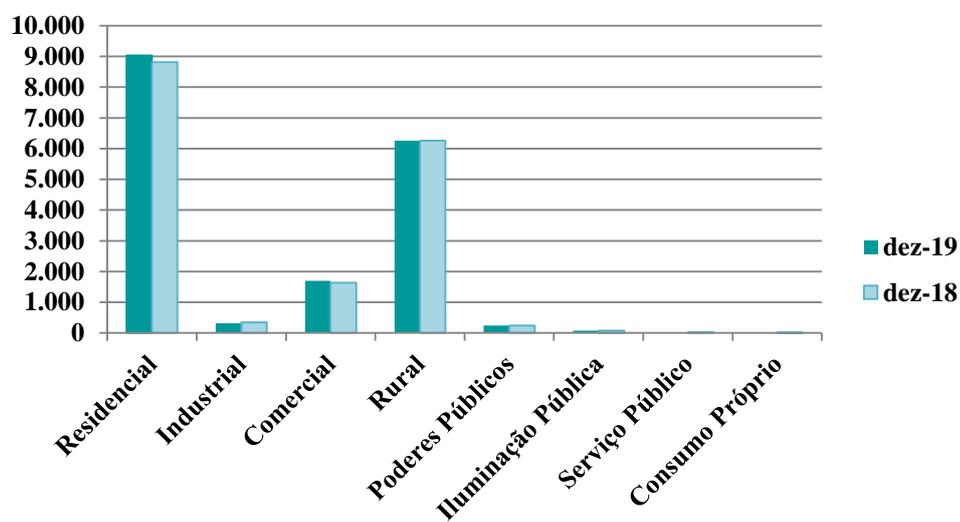
Abaixo gráfico representativo da tabela.

Localização dos Consumidores



Número de unidades consumidoras por classe		
Classe	Dez/2019	Dez/2018
Residencial	9.034	8.817
Industrial	312	341
Comercial	1.701	1.638
Rural	6.255	6.253
Poderes Públicos	243	239
Iluminação Pública	79	78
Serviço Público	25	22
Consumo Próprio	8	9
Total	17.657	17.397

Gráfico representativo da tabela:



6 Processos tarifários

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Reajuste Tarifário homologado pela resolução nº 2.610, calculou a receita requerida da cooperativa para o ciclo 2019/2020 onde as tarifas de fornecimento foram reajustadas em média 10,83%, sendo 6,20% para o Grupo A e 14,89% para o Grupo B.

A receita requerida é obtida pela soma da parcela A (não gerenciável pela cooperativa) e a parcela B (gerenciada pela cooperativa).

A parcela A é composta por:

- Compra de energia;
- Transporte de energia;
- Encargos setoriais.

A parcela B é composta por:

- Custo operacional;
- Depreciação;
- Investimentos.

Na tabela abaixo é apresentado o reajuste médio por tarifa homologada em 2019:

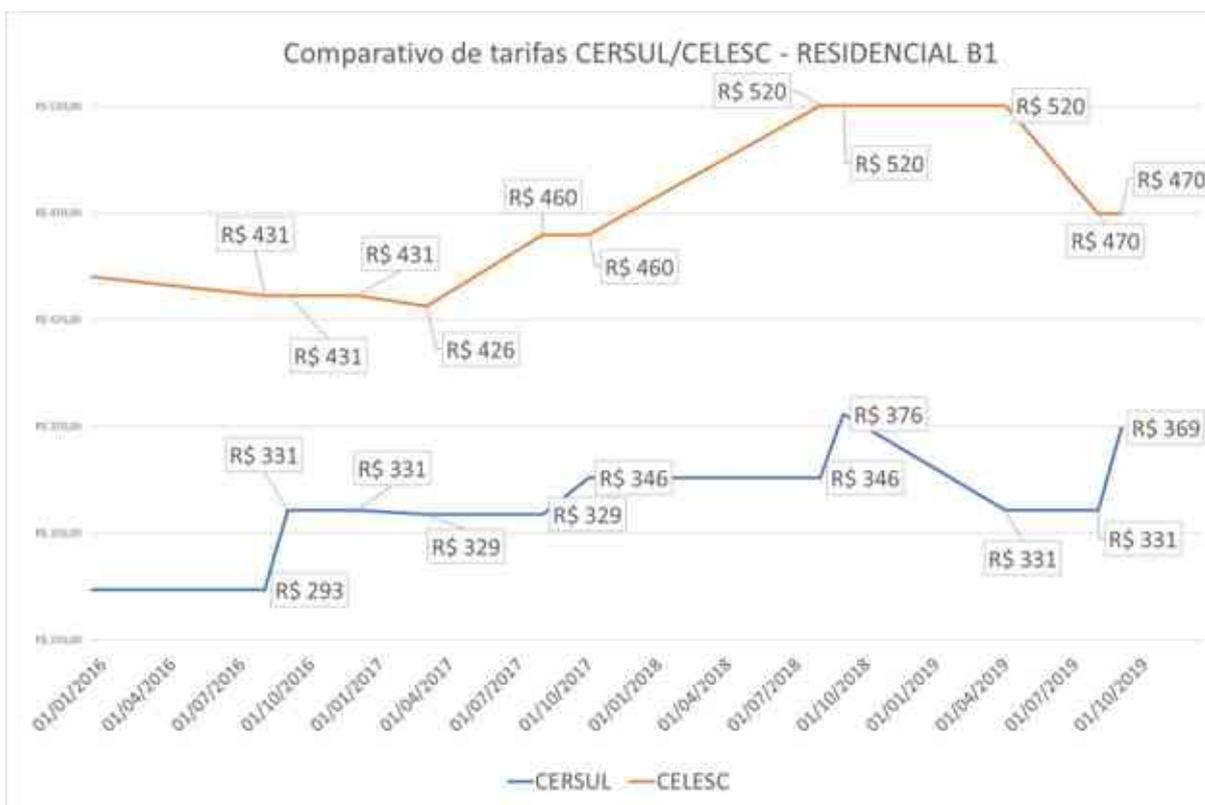
Tarifa	Reajuste
A4	6,20 %
B1	11,75 %
B2	21,34 %
B3	11,75 %
B4	11,75 %

Cabe ressaltar que o aumento na tarifa B2 foi mais significativo devido ao decreto do Governo Federal nº 9642/2018.

Abaixo são apresentadas as tarifas praticadas pela Cersul (sem impostos), considerando o desconto concedido pela atual direção de 12% para a classe residencial e 50% para a subclasse baixa renda.

Grupo B	Tarifas (sem Impostos)
B1 – Residencial	
Convencional	R\$ 0,36946
Branca Ponta	R\$ 0,81879
Branca Intermediária	R\$ 0,56538
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,31196
B1 – Residencial Baixa Renda	
Baixa Renda até 30 kWh	R\$ 0,06217
Baixa Renda de 31 a 100 kWh	R\$ 0,10657
Baixa Renda de 101 a 220 kWh	R\$ 0,15986
Baixa Renda acima de 221 kWh	R\$ 0,17762
B2 – Rural	
Convencional	R\$ 0,31909
Branca Ponta	R\$ 0,50904
Branca Intermediária	R\$ 0,36172
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,21441
B3 – Água, Esgoto e Saneamento	(Desconto 12%)
Convencional	R\$ 0,36946
Branca Ponta	R\$ 0,87539
Branca Intermediária	R\$ 0,59041
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,30543
B3 – Comercial - Industrial - Poder Público - Consumo Próprio	
Convencional	R\$ 0,41984
Branca Ponta	R\$ 0,99476
Branca Intermediária	R\$ 0,67092
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,34708
B4 – Iluminação Pública	
B4a – Rede	R\$ 0,23091
B4b – Bulbo	R\$ 0,25191
Grupo A	
Tarifa Horária Verde	
Demanda (kW)	R\$ 20,31
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 1,65787
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,17338
Tarifa Horária Azul	
Demanda Ponta (kW)	R\$ 61,70
Demanda Fora Ponta (kW)	R\$ 20,31
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 0,17338
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,17338

No gráfico abaixo é apresentada a evolução da tarifa B1(residencial) da Cersul, e comparada com a da Celesc.



É possível perceber pelo gráfico que a Cersul tem procurado oferecer uma tarifa menor que a da distribuidora Celesc, a qual detém a concessão na grande parte do Estado de Santa Catarina.

7 Qualidade do fornecimento

Os três principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por conjunto); o FEC (frequência equivalente de interrupções por conjunto) e o TMAE (tempo médio de execução de interrupções emergenciais). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)			
ANO	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	TMAE (minutos)
2015	6,31	7,85	56,75
2016	7,08	6,06	79,04
2017	5,71	5,26	84,80
2018	2,63	3,21	71,16
2019	2,39	3,15	90,17

8 Atendimento ao consumidor

A Cersul possui seis postos de atendimento ao consumidor com dias e horários diferenciados, sendo estes:

- ✓ Turvo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:00 as 17:30.
- ✓ Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30.
- ✓ Ermo - Segunda, quarta e sexta – horário: 08:00 as 11:00.
- ✓ Maracajá - Segunda a sexta – Horário: 07:30 as 11:30.

Além dos postos de atendimento, a Cersul dispõe do serviço de telecomunicação gratuito (0800-643-1920) e com agência virtual através do site: www.cersul.com.br para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa.

Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2019, que totalizaram aproximadamente 82.344:

- ✓ 35.549 presenciais nos postos de atendimento;
- ✓ 8.876 atendimentos através do call center (0800);

- ✓ 37.304 pela agência virtual (site);
- ✓ 337 outros tipos de atendimentos.

9 Pós-Atendimento ao consumidor

9.1 Pesquisa de Pós-Atendimento

Essa pesquisa teve início em de março de 2018 e tem por finalidade avaliar a satisfação dos serviços prestados aos consumidores. A pesquisa consiste em ligar para o consumidor para que o mesmo avalie o atendimento, o prazo de execução e a realização dos serviços prestados pela Cersul, para que assim a empresa possa realiza ações de melhorias nos processos internos.

9.2 Pesquisa de Satisfação do “Tratamento das Reclamações Comerciais”

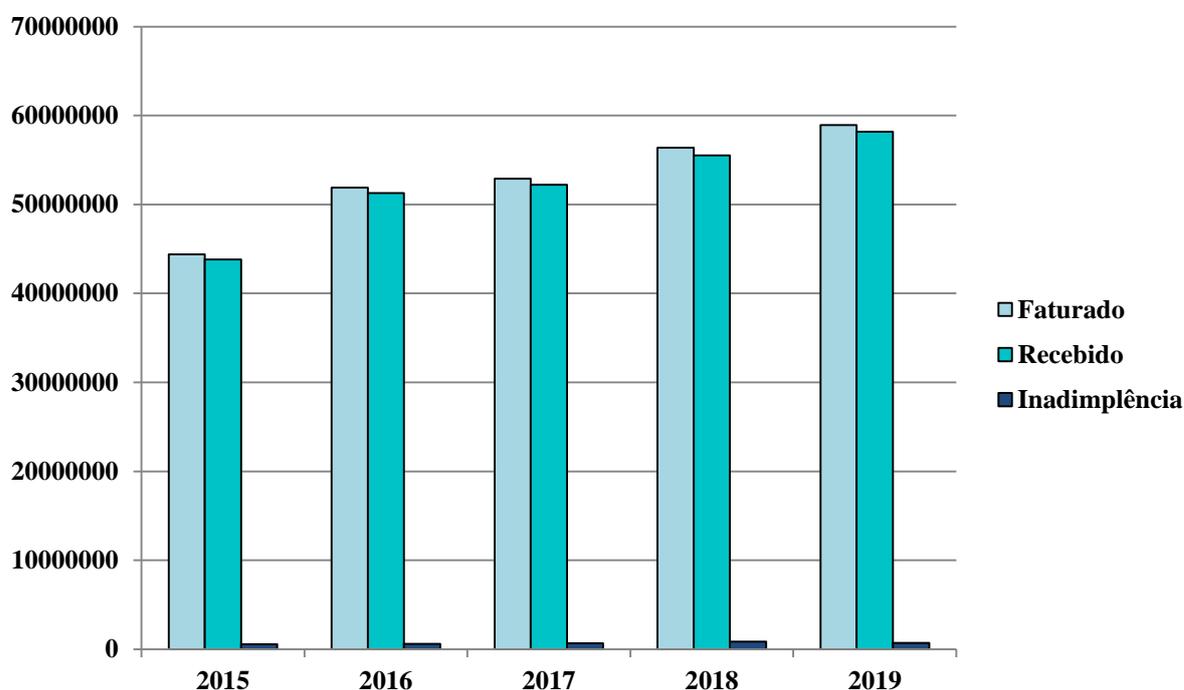
Essa pesquisa tem por finalidade o acompanhamento da satisfação do consumidor quanto ao registro de sua reclamação na Cersul. Ela também é realizada através de contato telefônico após sua conclusão.

10 Cobrança

O índice de inadimplência anual dos consumidores da Cersul é calculado considerando todas as faturas vencidas no ano e que não foram quitadas até 31/12/2019. O valor de inadimplência anual em 2019 atingiu o montante de R\$ 724.720,84 resultando em um índice de 1,23%.

Na tabela abaixo é apresentado um comparativo dos valores faturados, recebidos e de inadimplência entre os anos de 2015 a 2019.

A seguir o gráfico representativo da tabela.



11 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de uma Permissionária de Energia Elétrica depende do suporte adequado da Tecnologia da Informação (TI), onde facilita e auxilia nos processos e tomada de decisões. Mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (vídeo, voz e dados) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Durante o ano de 2019, houveram os seguintes investimentos:

- Sistema de câmeras de monitoramento para os pontos de atendimento;
- Infraestrutura de comunicação de dados dos pontos de atendimento;

Foram adquiridos novos computadores, celulares para comunicação com associados, impressoras de faturas, celulares para leitura a fim efetuar a atualização dos equipamentos utilizados e eventual depreciação pelo uso.

12 Desempenho econômico-financeiro

12.1 Ingresso operacional bruto

Em 2019, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, construção da infraestrutura e serviços, atingiram o valor de R\$ 76.046.351,79 que representou um aumento de 6,06% se comparado ao ano de 2018.

12.2 Ingresso operacional líquido

Em 2019, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais, teve um acréscimo de R\$ 3.551.868,95 e atingiu o montante de R\$ 56.830.736,43, representando 6,67% de aumento em relação a 2018. Este acréscimo ocorreu conforme o reajuste da tarifa e do subsídio que ocorreu no mês de setembro de 2019.

12.3 Sobra líquida

A Cersul encerrou o Exercício Social de 2019 com sobra líquida de R\$ 5.184.893,01, valor este 7,56% superior ao realizado no ano anterior. O resultado positivo ocorreu principalmente pelo recebimento da Subvenção (ANEEL) pela baixa densidade de carga em relação à supridora (Celesc).

Indicadores contábeis

R\$ mil	2019	2018	Varição%
Ingresso operacional	76.047	71.699	6,06
Deduções do ingresso	19.216	18.421	4,32
Ingresso operacional líquido	56.831	53.278	6,67
Custos do serviço de energia elétrica	51.873	49.377	5,05
Sobra bruta	4.958	3.901	27,10
IRPJ/CSLL s/ato não cooperativo	131	71	84,51
Sobra líquida	5.185	4.820	7,57
Patrimônio líquido	88.948	83.896	6,02

Índices econômicos financeiros

	2019	2018	Variação	Conceito	Parâmetro
Liquidez Corrente	4,57	4,37	4,58 %	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
Liquidez Geral	10,27	10,66	(3,66%)	Capacidade do pagamento de dívida em longo prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa tem disponível no ativo circulante e no realizável em longo prazo.
Endividamento Total (%)	9,75	9,38	3,84%	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Quanto menor melhor.
Rentabilidade S/ patrimônio (%)	5,83	5,75	1,39%	Representa a remuneração do capital próprio, indicador final da rentabilidade.	Quanto maior melhor.

13 Investimentos

No ano de 2019 os investimentos foram realizados conforme os respectivos recursos destinados. As imobilizações da Cersul ultrapassaram o valor de 3,1 milhões de reais. No quadro abaixo verificamos imobilizações realizadas.

Imobilizações em 2019 - R\$ mil	
Linhas e redes de distribuição	2.528
Sistema de Medição	264
Móveis e Utensílios	186
Veículos	142
Máquinas e Equipamentos	37
Software	23
Total	3.180

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

Investimento em linhas e redes por município 2019 - R\$ mil	
Ermo	231
Maracajá	17
Morro Grande	192
Timbé do Sul	347
Meleiro	670
Turvo	855
Araranguá	102
Forquilhinha	75
Sombrio	39
Total	2.528

Para 2020, a previsão é investir aproximadamente 28,4 milhões de reais, conforme quadros a seguir.

Investimentos por município para 2020 - R\$ mil	
Ermo	213
Morro Grande	263
Timbé do Sul	383
Meleiro	699
Turvo	270
*Forquilhinha – Turvo (Linha 69kV)	24.800
Total	26.628

Demais investimentos para 2020 – R\$ mil	
Investimentos em redes de média e baixa tensão	1.640
Medições Novas Polifásicas e Monofásicas	141
Medições Novas do grupo A4	17
Total	1.798

Principais obras para 2020:

Obra	Local	Extensão AT (Km)	Extensão BT (Km)	Valor (R\$)
Construção de Linha de Distribuição de 69Kv – Subestação Santa Rosa Forquilha até Subestação de Turvo	Forquilha - Turvo	22	-	24.800.000,00
Ampliação/reforma de rede na localidade de Vila São José	Turvo	2,5	1,5	150.244,71
Construção novo Bay TVO-09 na subestação Cersul.	Turvo	-	-	120.000,00
Ampliação/ Reforma de rede com cabos compactos no centro da cidade	Meleiro	2	1,5	434.388,00
Ampliação/ Reforma de rede na localidade de Tirilo	Meleiro	0,4	0,1	52.574,69
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Vila União	Meleiro	3,1	1,5	146.375,66
Ampliação/ Reforma de rede na localidade de Linha Zenke	Meleiro	1,1	-	65.500,00
Ampliação/ Reforma de rede com cabos compactos no centro da cidade	Morro Grande	1,2	1,1	221.644,00
Ampliação/ Reforma de rede na localidade de Três Barras	Morro Grande	0,6	0,1	41.670,00
Extensão de rede para atendimento desvio da BR 285	Timbé do Sul	3,6	2,5	382.669,50
Ampliação/reforma de rede com a substituição de condutores no centro da cidade.	Ermo	1,6	-	50.000,00
Ampliação/reforma de rede entre as localidades de Morro do Ermo e Botafogo	Ermo	2,5	1,7	162.788,02
TOTAL				26.627.854,58

Destes R\$ 26.627.854,58 previstos para serem aplicados em nossas redes em 2020, já foram desembolsados no ano de 2019 o valor de R\$ 6.784.080,10 referente à obra de construção da nova linha de distribuição de 69 kV de Forquilha a Turvo. Restando a ser desembolsado no ano de 2020 o valor de R\$ 19.843.774,48.

13.1 Técnico

No ano de 2019 a Cersul homologou seu novo poste padrão de entrada de energia, neste padrão os eletrodutos e a caixa que comporta o medidor e demais equipamentos de proteção ficam embutidos no poste, uma mudança aparentemente simples, mas que traz mais segurança e dificulta fraudes. O novo padrão passa a contar com dispositivos chamados DPS – Dispositivos de Proteção contra Surtos Elétricos, sendo que estes auxiliam na proteção das instalações elétricas em caso de ocorrência de raios e outros surtos elétricos. Além disso, ele é mais moderno, com caixa de policarbonato, não enferruja e tem maior durabilidade. Também já está apto a comportar medidores mais modernos que trabalham com tarifas diferenciadas, como por exemplo a tarifa branca.

No planejamento para 2020 intenciona-se investir na troca de 35 modems para fazer leituras de memória de massa nos medidores do Grupo A, com custo previsto de R\$28.000,00.

Pretende-se ainda fazer a aquisição de dois testadores de medidores portáteis (para substituir o utilizado atualmente) que farão os testes necessários em medidores em campo e que também atenderá a portaria do INMETRO. Investimento previsto R\$ 18.000,00.

O planejamento para 2020 prevê a compra de analisadores de tensão ou energia, visando a substituição tecnológica dos existentes que possuem mais de 10 anos, com custo previsto anual de R\$ 10.000,00. Além dos analisadores de baixa tensão, pretende-se adquirir um analisador de média tensão para atender ao PRODIST módulo 8, sendo o investimento previsto de R\$ 40.000,00.

Para a manutenção deste cronograma, a Cersul possui uma equipe de poda com ferramentas e equipamentos adequados para a execução deste trabalho.

Para 2019 está previsto a aquisição de duas novas motos para nossos leituristas com um valor aproximado de R\$ 26.000,00.

Ainda, pretende-se adquirir novo ferramental para a manutenção de rede no valor aproximado de R\$ 35.000,00 e novos equipamentos mais potente e mais resistente, para dar mais agilidade aos trabalhos de poda, para isso estima-se um desembolso de R\$ 2.300,00.

13.2 Operacional

Em 2019, com o objetivo de dar continuidade à renovação de frota da Cersul, foram adquiridos para o Setor Operacional quatro motos modelo Yamaha XTZ150 no valor total de R\$ 53.960,00 em substituição às utilizadas pela equipe de leitura.

Também foi adquirido uma nova broca perfuratriz no valor de R\$ 2.104,42 para o caminhão de construção e manutenção de redes locado em Turvo. Com essa nova broca, conseguiremos abrir cavas com maior precisão e desta forma, afetar menos o ambiente ao redor da obra. Ainda, foram adquiridas duas novas parafusadeiras e duas novas motosserras para auxiliar na manutenção e construção de redes no valor total de R\$ 3.067,00.

Para 2020 está previsto a aquisição de duas novas camionetes Toyota Hilux em substituição as atuais. Esses veículos serão utilizados para atendimento a ocorrências de faltas de energia e apoio às equipes de operação e manutenção de rede. O valor estimado aproximado incluindo a adaptação e transferências dos custos de trabalhos em altura é de R\$ 260.000,00. Pretende-se também, efetuar-se a transferência de guindauto de um veículo para outro, transferência estimada em R\$ 16.000,00.

13.3 Expansão e melhoria de redes de distribuição

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos associado-consumidores a Cooperativa realizou no ano de 2019 o total de 48.500 metros em obras de expansão e melhoria em redes de média tensão (MT) e baixa tensão (BT), além da instalação de 169 transformadores.

Turvo

- ✓ Localidade São Felipe: AT: 750m e BT: 600m.
- ✓ Localidade Livramento: AT: 700m e BT: 500m.

Meleiro

- ✓ Localidade Morro do Bodoque: AT: 2.400m e BT: 500m.
- ✓ Bairro Centro: BT: 300m.

Timbé do Sul

- ✓ Parque Industrial: AT: 700m e BT: 300m.

Ermo

- ✓ Localidade Morro do Santana: AT: 400m e BT: 100m.

Segue abaixo imagens das redes mencionadas anteriormente:



Imagem 01: São Felipe – Turvo



Imagem 02: Livramento – Turvo



Imagem 03: Morro do Bodoque – Meleiro



Imagem 04: Bairro Centro – Meleiro



Imagem 05: Parque Industrial – Timbé do Sul



Imagem 06: Morro do Santana - Ermo

13.4 Nova Linha de Distribuição 69 kV

Em março de 2019 deu-se início ao planejamento do projeto de uma linha de distribuição de 69kv da subestação da IESUL, localizada na comunidade de Santa Rosa no município de Forquilha, até a subestação da Cersul, localizada na comunidade de São Peregrino no município de Turvo. Esse projeto possui um orçamento aproximado de 25 milhões e se dividira em 3 obras, são essas:

- LD Linha de Distribuição com 23,5 km;
- Bay de saída da Subestação da IESUL em Forquilha;
- Adequação das Instalações de 69kV na subestação da Cersul.

O início do planejamento da obra foi com contato com a IESUL (Subestação Santa Rosa) para verificar a disponibilidade de Bays para ligação da linha de 69kV, após a confirmação de disponibilidade iniciou-se o processo de contratação de empresa de engenharia para o estudo de novo acesso à subestação da rede básica e para desligamento da conexão da Cersul na Celesc.

A Cersul projetou a construção da linha de 69kV na faixa de domínio do DEINFRA, A empresa que está fazendo os estudos sugeriu a conexão à rede básica para julho de 2023,

porém a Cersul propôs a conexão para dezembro de 2020, visto que possui a capacidade econômica e financeira para execução da obra em tal prazo.

Com essas definições iniciaram-se os trabalhos de localização para implantação da nova linha, e adequações das subestações pelas equipes que estão estudando o acesso à rede básica. As estruturas projetadas para a nova linha serão em postes metálicos com altura de 20 a 60 metros.

Após a aprovação dos estudos e projetos, iniciou-se a cotação das estruturas e materiais para a execução da obra e contratação da empresa responsável pela execução do projeto.

Todas estas etapas ocorreram no período de março de 2019 a janeiro de 2020, culminando no início da obra em Fevereiro de 2020.

13.5 Captação de recursos

Os investimentos de 2019 foram realizados todos com recursos próprios.

14 Composição acionária

O Capital Social da Cersul, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 170.404,00, representado por cotas-partes de 17.687 associados com direito a 1 (um) voto cada, independentemente do número de cotas que o mesmo tenha adquirido, conforme reza o Estatuto Social.

Abaixo são apresentados resultados sobre a evolução do número de associados da Cooperativa e sua variação no período.

Número de associados		
2019	2018	Variacão % 2019-2018
17.687	17.133	3,23

15 Gestão da qualidade

Durante os dias 17 e 18 de outubro de 2019 a Cersul passou por uma nova auditoria externa de manutenção com a empresa DQS. Na visita, os auditores não encontraram nenhuma não conformidade que pudesse afetar o desenvolvimento das tarefas executadas, com isso a cooperativa mantém por mais um ano o certificado. Isso é fruto de um trabalho que vem sendo feito desde 2010 com auditorias internas e reuniões mensais com os coordenadores e gerentes. Está previsto para 2020 uma auditoria de recertificação para validar o compromisso com a norma, onde todos os processos da Cersul serão analisados e um novo certificado válido por 3 anos será emitido caso a mesma seja aprovada na auditoria.



Imagem 07: Certificado ISO 9001.

16 Desempenho socioambiental

Todos os anos a Cersul mostra através de ações seu comprometimento social, promovendo e patrocinando projetos, programas, eventos sociais, culturais e ambientais, voltados para a comunidade, incluindo sempre os funcionários, associados e consumidores nas atividades.

16.1 Recursos humanos

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (agregar, aplicar, manter, desenvolver e monitorar) de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

A Cersul, durante o ano de 2019, admitiu cinco novos colaboradores e no mesmo período, onze desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de cento e dois colaboradores, sendo noventa e cinco ativos, seis inativos e um representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela Cersul aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

16.2 Saúde e segurança no ambiente de trabalho

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2019 o valor de R\$ 31.688,94 em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2019 o valor de R\$ 24.208,29 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET e realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da Dr^a Giani Micheli Frare Peck.

Nos dias 25 a 27 de setembro de 2019, foi realizado o XV SIPAT Cersul (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho). Diversas atividades foram desenvolvidas com os colaboradores durante a semana como: exames laboratoriais e orientação médica para os mesmos, palestras motivacionais e de segurança no trabalho, totalizando um investimento de R\$ 8.556,25.

Em dezembro de 2019 tomou posse a nova diretoria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, focando na segurança e na prevenção dos acidentes de trabalho, observando e orientando os trabalhadores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança nas suas rotinas diárias com orientação sempre do Técnico de Segurança contratado pela Cooperativa.

16.3 Desenvolvimento profissional

A Cersul em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxilia seus colaboradores investindo na sua qualificação profissional, através de treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.

Também auxilia através do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) cursos técnicos, graduações e especializações, no último ano quatro colaboradores das áreas afins da cooperativa receberam este benefício.

O programa jovem e menor aprendiz é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de trinta funcionários. A Cersul, atualmente através de um contrato firmado com o CIEE e SESCOOP, tem em seu quadro funcional dois menores aprendizes e um jovem aprendiz.

16.4 Responsabilidade Social

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. O valor arrecadado que ultrapassou a quantia de 3,4 milhões de reais foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

16.5 Projetos Sociais

A Cersul com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP promoveu projetos sociais em sua área de atuação, sendo eles:

- **Núcleo de mulheres cooperativistas:** O núcleo tem por objetivo oferecer uma metodologia cooperativista buscando conscientizar, preparar e organizar as mulheres para atuarem de forma comprometida e participativa no quadro social. Ocorrem reuniões mensais das mulheres cooperativas para planejamento e desenvolvimento de atividades para o meio social, no mês de novembro foi realizado um encontro especial com a palestra “Mobilização de Potencialidades Humanas” ministrado pela especialista Nair Onofre, onde foi convidado e incentivado a participação de mais mulheres no núcleo.
- **Projeto Orientação Profissional:** Na busca de cumprir com sua responsabilidade social, no mês de agosto de 2019 a Cersul deu início ao projeto de Orientação Profissional, junto com as escolas dos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, exclusivamente com as turmas do 9º ano, atingindo um total de 482 jovens. Este projeto teve como objetivo central proporcionar aos estudantes um espaço de informação e reflexão acerca das profissões e das demandas do mundo do trabalho.

Segue algumas imagens dos projetos sociais:



Imagem 11: Palestra para o Núcleo Mulheres Cooperativistas e convidadas.



Imagem 12: Palestra para o Núcleo Mulheres Cooperativistas e convidadas.



Imagem 13: Projeto Orientação Profissional.



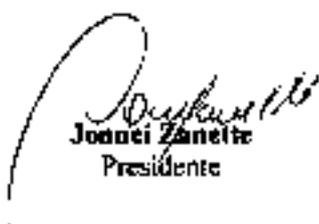
Imagem 14: Projeto Orientação Profissional.

Agradecimentos

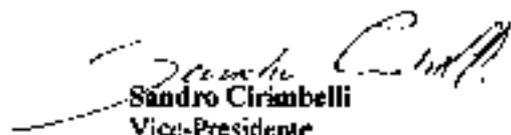
Registramos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da Cersul e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 20 de março de 2020.

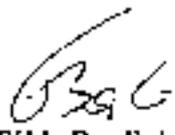
Conselho de Administração.



Jonei Zanette
Presidente



Sandro Cirimbelli
Vice-Presidente



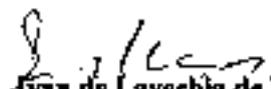
Fábio Bardini
Secretário



Andrei Magagnoli
Conselho de Administração



Carlos Alexandre Giusti
Cons. de Administração



Ivan de Lavechia de Vargas
Conselho de Administração



Magno Bonfante
Cons. de Administração

2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

2.1 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	2019	2018
CIRCULANTE		32.415	26.423
Caixa e equivalentes de caixa	05	14.343	14.051
Consumidores associados	06	8.710	6.769
Adiantamentos diversos		-	68
Impostos a recuperar	07	967	927
Estoques	08	4.920	558
Serviços em curso	09	708	644
Ativos regulatórios	10	1.332	2.015
Despesas de exercícios seguintes		117	91
Outras contas a receber	11	1.318	1.300
NÃO CIRCULANTE		66.130	66.161
Impostos a recuperar	07	316	445
Ativo indenizado (permissão)	04-G, 12	28.118	26.474
Depósitos judiciais		3	3
INVESTIMENTOS		501	476
Participações societárias permanentes	13	501	476
IMOBILIZADO	12	60	60
INTANGÍVEL	04-H, 12	37.132	38.703
TOTAL DO ATIVO		98.545	92.584

PASSIVO

	NOTA	2019	2018
CIRCULANTE		7.098	6.050
Fornecedores	14	201	303
Salários e ordenados a pagar	15	346	325
Impostos, taxas e contribuições	16	1.552	1.229
Sobras a repassar geração	17	1.379	1.379
Taxas regulamentares	18	1.170	1.355
Passivos regulatórios	19	961	70
Provisão para férias	20	873	894
Outros débitos	21	616	495
NÃO CIRCULANTE		2.499	2.638
Impostos, taxas e contribuições	16	1	1
Processos trabalhistas e cíveis	23	122	6
Obrigações vinculadas a permissão	04-M	2.376	2.631
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.948	83.896
CAPITAL SOCIAL		171	165
Capital social realizado	24	171	165
RESERVAS DE CAPITAL		8.513	8.513
Doações e subvenções		1.233	1.233
Outras reservas de capital		7.280	7.280
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		28	28
Ajuste de avaliação patrimonial		28	28
AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA		7.896	8.456
Ajuste de avaliação patrimonial		7.896	8.456
RESERVAS ESTATUTÁRIAS		69.584	64.162
Reserva legal		8.526	8.039
Fates		3.577	3.166
Reserva de ampliação		35.788	33.836
Reservas de sobras		21.693	19.121
SOBRAS DO EXERCÍCIO		2.756	2.572
Sobras a disposição da AGO	25	2.756	2.572
TOTAL DO PASSIVO		98.545	92.584

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/19	01/jan/18
	a 31/dez/19	a 31/dez/18
INGRESSOS OPERACIONAIS	76.047	71.699
Fornecimento de energia	28.452	27.531
Disponibilização do sistema de distribuição	27.112	24.097
Receita de construção da infraestrutura	5.196	4.909
Ativos e passivos financeiros setoriais	(686)	258
Serviços	1.532	588
Serviços cobráveis	30	50
Doações, contribuições e subvenções vinc. ao serv. público	14.411	14.266
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS	(19.216)	(18.421)
Tributos e contribuições sobre a receita	(12.144)	(11.433)
Encargos do consumidor	(7.072)	(6.988)
INGRESSOS LÍQUIDOS	56.831	53.278
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(51.873)	(49.377)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(28.122)	(26.783)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.096)	(1.087)
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(9.568)	(8.044)
Material	(1.738)	(2.279)
Serviços de terceiros	(754)	(921)
Depreciação e amortização	(3.812)	(3.691)
Provisões	(139)	(31)
Seguros, tributos e aluguéis	(877)	(872)
Custo de construção da infraestrutura	(5.196)	(4.909)
Outros	(571)	(760)
SOBRA BRUTA	4.958	3.901
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	1.267	1.413
Dispêndios financeiros	(84)	(77)
Ingressos financeiros	1.351	1.490
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS	(909)	(423)
SOBRAS ANTES DA CS E IR	5.316	4.891
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	(131)	(71)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	5.185	4.820

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS (PERDAS) À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS	
						FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS			TOTAIS
SALDOS 31/DEZ/18	159	1.232	7.280	9.514	72	7.467	3.001	31.551	17.547	77.823	1.575	79.398
1 - AUMENTO DE CAPITAL												
- Integralização (devolução) de quotas	6									6		6
2 - AUMENTO DE RESERVAS												
- Destinações legais e estatutárias		1				572	493	2.285		3.351	(3.350)	1
- Destinações AGO									1.574	1.574	(1.575)	(1)
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS												
- Realização da Fates							(328)			(328)		(328)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.058)	(44)					(1.102)	1.102	-
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO											4.820	4.820
SALDOS 31/DEZ/19	165	1.233	7.280	8.456	28	8.039	3.166	33.836	19.121	81.324	2.572	83.896
1 - AUMENTO DE CAPITAL												
- Integralização (devolução) de quotas	6									6		6
2 - AUMENTO DE RESERVAS												
- Destinações legais e estatutárias						487	550	1.952		2.989	(2.989)	-
- Destinações AGO									2.572	2.572	(2.572)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS												
- Realização da Fates							(139)			(139)		(139)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(560)						(560)	560	-
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO											5.185	5.185
SALDOS 31/DEZ/19	171	1.233	7.280	7.896	28	8.526	3.577	35.788	21.693	86.192	2.756	88.948
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6	-	-	(560)	-	487	411	1.952	2.572	4.868	184	5.052

2.4 – Demonstrações do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/19	01/jan/18
	a	a
	31/dez/19	31/dez/18
ATIVIDADES OPERACIONAIS	777	4.106
Sobras do exercício	5.185	4.820
Redução (Aumento) de consumidores associados	(1.941)	157
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	89	110
Redução (Aumento) de estoques	(4.362)	(102)
Redução (Aumento) de adiantamentos	68	3
Redução (Aumento) de despesas exerc. seguintes	(25)	18
Redução (Aumento) de serviços em curso	(64)	(152)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	682	(353)
Redução (Aumento) de outras contas a receber	(19)	186
Aumento (Redução) de fornecedores	(101)	(319)
Aumento (Redução) de salários a pagar	21	90
Aumento (Redução) de impostos, taxas e contribuições	323	45
Aumento (Redução) de provisão de férias	(21)	26
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	(185)	(459)
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	891	45
Aumento (Redução) de processos trab. e cíveis a pagar	116	(5)
Aumento (Redução) de outros débitos	120	(4)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(353)	1.177
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	(1.645)	(1.857)
(Aumento) Redução dos investimentos	(24)	(59)
(Aumento) Redução do intangível	1.571	2.698
Aumento (Redução) de obrigações vinc. a permissão	(255)	395
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(133)	(322)
Realização de reservas	(139)	(328)
Aumento (Redução) do capital social	6	6
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	291	4.961
Disponibilidades no início do exercício	14.051	9.090
Disponibilidades no final do exercício	14.342	14.051

2.5 – Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse do seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem como prazo único de 20 (vinte anos) contados a partir de 28 de novembro de 2008.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 136 localidades.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa e ativos e passivos regulatórios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrange saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores associados e outras contas a receber.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços e outros débitos.

DERIVATIVOS: os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

C) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

D) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “18” respectivamente, a partir desta data.

E) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

F) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIACÃO. Em função do disposto nas ins-

truções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

G) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

H) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

I) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos

sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programa de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,010 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,050 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

J) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário e permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunci-

amentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão/permissão.

A permissionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a permissionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

K) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

L) PROVISÃO DE FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

M) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa em Eficiência Energética – PEE aplicados no Ativo Imobiliário.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

O) APURAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

As sobras e perdas são apuradas pelo regime de competência.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Tipo	Remuneração	2019	2018
Caixa e Bancos			1.389	434
Fundo de Caixa			2	2
C. E. Federal	Conta Corrente	-	80	172
Sicoob Credisulca	Conta Corrente	-	32	64
Sicoob Credisulca A.I.	Conta Corrente	-	2	-
Banco do Brasil	Conta Corrente	-	1.220	102
Bradesco	Conta Corrente	-	53	94
Numerário em trânsito			473	180
Aplicações Financeiras			12.481	13.437
C. E. Federal	CDB Flex	1,0 a 1,09/CDI	3.048	884
B. Brasil	CDB	Variável	561	3.641
Sicoob Credisulca	CDI	0,98 a 1,0/CDI	8.768	8.571
Sicoob Credisulca	CDI	0,98 CDI	104	341
Total			14.343	14.051

NOTA 06 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros os empréstimos e recebíveis.

COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER

Classes	Legislação Societária	
	2019	2018
Residencial	1.087	987
Industrial	2.499	2.510
Comercial	748	608
Rural	1.958	1.263
Poder Público	88	54
Iluminação Pública	139	93
Serviço Público	15	7
Parcelamento de Energia	1.297	802
Fornecimento não faturado	1.920	1.532
Subtotal – Consumidores	9.751	7.856
Serviço Taxado	7	10
Participação Financeira	113	83
Outros Créditos	77	36
TOTAL CIRCULANTE	9.948	7.985
PROVISÃO P/CRÉDITO LIQ. DUV.	-	1.238
TOTAL GERAL	8.710	6.769

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Legislação Societária		
CURTO PRAZO	2019	2018
ICMS a recuperar	1	1
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	309	420
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (W2)	657	476
IRRF aplicações financeiras	-	30
Total	967	927
Legislação Societária		
LONGO PRAZO	2019	2018
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	316	445
Total	316	445

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo, dos quais tiveram a seguinte procedência:

W1 – ICMS sobre a compra de bens do ativo imobilizado, no qual terá sua compensação em 48 parcelas mensais.

W2 – Saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados sobre o resultado com terceiros, dos quais foram recolhidos por estimativa.

NOTA 08 – ESTOQUES

Legislação Societária		
Material	2019	2018
Almoxarifado em serviço	315	298
Resíduos e sucatas	-	138
Adiantamento a fornecedores	4.601	122
Destinados a Alienação	4	-
Total	4.920	558

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

Legislação Societária		
	2019	2018
Serviços Prestados a Terceiros	36	27
Serviços Próprios	369	207
Projetos P&D/PEE	169	297
Desativações e alienações em Curso	134	113
Total	708	644

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 10 – ATIVOS REGULATÓRIOS

Legislação Societária		
CURTO PRAZO	2019	2018
CDE Neutralidade	47	570
PROINFA Neutralidade	10	125
TFSEE Neutralidade	1	4
IF CUSD e PIS e COFINS	1.274	1.316
Total	1.332	2.015

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Legislação Societária		
CURTO PRAZO	2019	2018
Serviços prestados a receber (W1)	118	70
Rateio perda período 2000	1	1
Cheques e Parcelamentos a receber	194	194
Provisão de perdas de cheques e parcelamentos	-	194
Compartilhamento de infraestrutura	35	-
Reembolso do fundo da CDE	1.152	1.229
Outros	12	-
Total	1.318	1.300

W1 – Valores a receber referente à instalação de equipamentos de padrão de medição, que serão recebidos pela fatura mensal de cada consumidor que contratou o serviço.

NOTA 12 – IMOBILIZADO (INDENIZÁVEL E INTANGÍVEL)

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de prestação de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

CONTAS	2019	2018
Ativo indenizável (Permissão)	28.118	26.474
Bens não vinculados à permissão	60	60
Intangível	37.132	38.703
Total	65.310	65.237

CONTAS	2019	2018
Em Serviço	61.594	63.345
Terrenos	176	176
Edificações	265	265
(-) Depreciação Acumulada	- 102	- 94
Máquinas e Equipamentos	89.475	88.808
(-) Depreciação Acumulada	- 29.686	- 27.233
Móveis e Utensílios	639	501
(-) Depreciação Acumulada	- 335	- 335
Veículos	2.582	2.581
(-) Depreciação Acumulada	- 1.453	- 1.353
Softwares	425	403
(-) Amortização Acumulada	- 392	- 374
Em Curso	3.716	1.891
Total	65.310	65.236

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11/08/2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Chave seccionadora classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de força	2,86%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Software	20,00%
Urbanizações e benfeitorias	3,33%

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

Legislação Societária		
	2019	2018
Fecoerusc	2	2
Fecoerusc Oficina	-	9
Credisulca	492	458
Brasil Telecom/ Telesc/ Outras	7	7
Total	501	476

NOTA 14 – FORNECEDORES

Legislação Societária		
	2019	2018
Materiais	185	266
Serviços	16	37
Total	201	303

NOTA 15 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

Legislação Societária		
	2019	2018
Empregados	324	304
Diretores	22	21
Total	346	325

NOTA 16 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Legislação Societária		
CURTO PRAZO	2019	2018
INSS – Folha de pagamento	188	180
FGTS – Folha de pagamento	56	55
IRRF – Folha de pagamento	72	86
ICMS	1.076	887
Retenções PJ – IRRF/ISSQN/INSS	134	2
Retenções PF – IRRF	7	7
PIS – Folha de pagamento	7	7
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL ato não cooperado	12	5
Total	1.552	1.229

LONGO PRAZO	2019	2018
ICMS	1	1
Total	1	1

NOTA 17 – SOBRAS A REPASSAR GERAÇÃO

Valores remanescentes das sobras dos períodos findos em 2011, 2012 e 2013, os quais foram aprovados em assembleia geral ordinária, para que os mesmos possam ser repassados para a atividade de geração de energia, o qual será pago para a Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento conforme decisão da administração. O valor de R\$ 1.379 mil está assim representado:

Período	Sobra a disposição AGO	Valor do repasse aprovado	Valor a repassar
2011	R\$ 3.328 mil	R\$ 800 mil	R\$179
2012	R\$ 2.659 mil	R\$ 600 mil	R\$600
2013	R\$ 2.044 mil	R\$ 600 mil	R\$600
TOTAL			R\$1.379

NOTA 18 – TAXAS REGULAMENTARES

Legislação Societária		
	2019	2018
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	569	385
Programa em eficiência energética – PEE	198	617
Taxa de fiscalização	11	8
Bandeiras tarifárias	392	345
Total	1.170	1.355

NOTA 19 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

Legislação Societária		
	2019	2018
PROINFA - Neutralidade	7	13
TFSEE	1	1
CDE Neutralidade	43	56
Conta CCBRT - Bandeiras	910	-
Total	961	70

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

NOTA 20 – PROVISÃO PARA FÉRIAS

Legislação Societária		
	2019	2018
INSS	-	179
FGTS	-	52
PIS	-	7
Férias	873	656
Total	873	894

NOTA 21 – OUTROS DÉBITOS

Legislação Societária		
	2019	2018
Rep. à convênios/ Consig. /Contrib. sind. /Plan. saúde	6	6
Prêmios de seguros	0	-14
Decisões judiciais/ Processos a pagar	0	1
Convênio iluminação pública	129	108
Convênios c/ hospitais e associações	305	267
Capital social a devolver associado	74	74
Sobras a distribuir	24	24
Devol. a efetuar/ Duplicidade/ Créditos a identificar	45	25
Compra de crédito de ICMS a pagar – empresa	33	1
Outros	0	3
Total	616	495

NOTA 22 - CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

No exercício de 2006, a Cooperativa sofreu fiscalização da SRF – Secretaria da Receita Federal referente ao PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, em relação aos fatos geradores ocorridos de setembro de 2001 a junho de 2006, resultando no Auto de Infração nº 09.2.01.00-2006.00354-0 no montante de R\$ 2.678.969,22 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Não foi realizada provisão para tal valor, visto que o mesmo está sendo discutido judicialmente e possui parecer jurídico com provável êxito na impugnação para que seja anulada a referida notificação.

NOTA 23 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda das causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 122 mil, dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências.

Para as demais causas com riscos classificados como "Remotos" ou "Possíveis", fica dispensado o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 17.687 (dezessete mil, seiscentos e oitenta e sete) associados em 31/dez/2019.

NOTA 25 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

Resultado Líquido do Exercício	
Lucro Líquido do Exercício	306
Sobra/Perda Líquida do Exercício	4.879
Soma	5.185
Destinações Legais e Estatutárias	
RATES	
* 100% do Lucro Líquido (Art. 47)	306
* 10% da Sobra Líquida (Inciso II do Art. 50)	244
Soma	550
Reserva Legal	
* 10% da Sobra Líquida (Inciso I do Art. 50)	487
Fundo de Expansão e Manut. Sistema de Distribuição	1.952
Total das Destinações Legais e Estatutárias	2.989
(=) Sobra Líquida Após as Destinações	2.196
(+) Reversão de Reservas (RATES)	560
Sobras Líquidas a Disposição da AGO	2.756

Turvo, 31 de dezembro de 2019.



Joelma Walnier dos Santos
Contador - CRC-SC nº 030.385/D-2
CPF nº: 036.815.629-77



Junnei Zanette
Presidente
CPF nº: 625.875.229-10

3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL

3.1 – Relatório dos auditores

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da
CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
Turvo – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, emitido relatório sem ressalvas, em 06 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

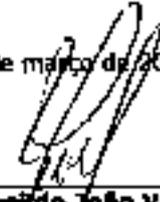
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 13 de março de 2020.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/0-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4012

Rua Vereador Mario Coelho Pires, n.º 2000, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 0900 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax | (41) 3259.2444 - e-mail audiconsult@audiconsult.com.br - 1 -

3.2 – Parecer Conselho Fiscal

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, REALIZADA NO DIA 30 DO MÊS DE JUNHO DE 2020.

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, na sala de reuniões desta Cooperativa, sito a Rua Ludovico Menegaro, 1275, Bairro São Luiz, Turvo Santa Catarina, CEP 88.930-000, CNPJ 86.612.870/0001-02, I.E. 250.249.537 e NIRE 4240000391-5, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho de Fiscal - Coordenador - Valdevino Aloisio May, Secretário - João Ilacrcio Dal Toé; e o Membro Efetivo - Ivo Crepaldi; com fins específicos de apurar o Relatório da Diretoria, Balanços e apreciação de contas relativas ao ano de 2019 de que trata o artigo 44º (quadragésimo quarto), item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após minucioso exame dos documentos e acolhido o parecer emitido pelos Auditores Independentes, decidiram por unanimidade aprovar os balancetes mensais e o Balanço Geral, inclusive o Demonstrativo e Relatório do Conselho de Administração referente ao exercício anual encerrado em 31 de Dezembro de 2019, emitindo seu parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada pelo coordenador Valdevino Aloisio May. Para constar eu João Ilacrcio Dal Toé - Secretário lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim e demais membros presentes do Conselho Fiscal. TURVO (SC) : 30 de Junho de 2020.

Coordenador : VALDEVINO ALOISIO MAY

Secretário : JOÃO ILAÉRCIO DAL TOÉ

Membro Efetivo : IVO CRÉPALDI.

4 – RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

I – RELATÓRIO CONTROLES INTERNOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por essa auditoria independente e atendendo ao que estabelece a Resolução Normativa No. 605/2014-SFF/ANEEL, fizemos as seguintes considerações:

II – COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EXTENSÃO DA REVISÃO

Consubstanciado no escopo de nossos trabalhos e, levando em conta a emissão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2019, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos sistemas de controles internos exercidos, considerando seus reflexos na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas constatações e recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Empresa, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

Recebimentos/Pagamentos via Caixa:

A cooperativa utiliza-se de caixa apenas para pagamentos de pequeno valor, com saldo máximo de R\$ 2.000,00, sendo feita a reposição por cheque nominal. Não constatamos recebimento de faturas, as quais somente são recebidas via convênio bancário.

Constatamos ainda a existência de boletim de caixa diário, composto de saldo anterior movimentação do dia e saldo atual, no qual consta assinatura do responsável pelo caixa.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Conciliações Contábeis:

para realização dos trabalhos, foram apresentadas conciliações contábeis detalhadas em planilhas, juntamente com os documentos físicos que deram suporte aos registros na contabilidade.

Todas as rubricas contábeis relevantes constam conciliação e apresentam saldo adequado. Nenhuma exceção encontrada.

Com referência as rubricas abaixo, tecemos os seguintes comentários, no qual julgamos necessário:

Classificação	Descrição de Conta	Valor R\$
2119.9.00.00.000.0.005	CERSUL GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (a)	1.378.665,34
2404.2.99.00.000.0.005	RESERVA DE SOBRAS REVERTIDAS (b)	21.692.877,67

a) Valor destinado para investimento em geração de energia, que foi decidido em anos anteriores e não realizado o pagamento, será levado a assembleia para solicitar a baixa da obrigação, assim como na CERSUL Geração, a assembleia irá decidir baixar o crédito.

b) Saldo oriundo de destinação de decisões de assembleias de períodos anteriores, onde o objetivo seria aplicação no próprio negócio da cooperativa, entretanto, esta reserva não foi constituída, por assembleia e também não está contemplada em estatuto.

Também será levado para decisão em assembleia, para ser destinado a algum fundo devidamente já constituído.

Destacamos que a prática de se efetuar composição/conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles exercidos, permita identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

Inventário Físico:

A cooperativa mantém controle físico de materiais mantidos em estoque. Identificamos que é prática da cooperativa a formalização dos procedimentos aplicados na execução do inventário físico.

Ambiente de Controle Interno:

Na nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, especialmente com relação à observação das práticas contábeis e controles auxiliares.

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

A entidade possui como elementos básicos de seus controles as seguintes instituições:

- Estatuto social
- Conselhos de administração e fiscal
- Regimento Interno
- Departamento de Informática
- Departamento de contabilidade
- Auditoria Independente

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo SESCOOP em parceria com a FECOERUSC.

Monitoramento Contábil e Fiscal:

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela área contábil, mediante revisões mensais de aspectos contábeis, controles internos, aspectos fiscais, tributários e aspectos societários.

As técnicas de monitoramento utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

- Conciliação geral de contas
- Contagem física de bens e valores
- Revisão de aspectos fiscais e tributários
- Análises comparativas
- Revisão de aspectos societários
- Preparação de demonstrações contábeis

Monitoramento Operacional:

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Engenheiro Eletricista e supervisão direta do Presidente.

Software:

A cooperativa utiliza software de gestão desenvolvido pela empresa Useall Software Ltda. O programa contém um módulo denominado Atendimento, o qual registra todas as solicitações de serviços de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos atendimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor o relatório anual de prestação de contas da administração.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

1. Documentação Legal

1.1- Atas de Assembleias Gerais

As assembleias gerais são realizadas regularmente dentro dos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento, As deliberações observam regularmente o que determina a lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa, em 2019 a AGO foi realizada em 29 de março.

As atas são regularmente elaboradas e encaminhadas a JUCESC para registro.

1.2- Do Conselho de Administração

O conselho vem deliberando assuntos de sua competência e reunindo-se com a regularidade prevista no estatuto social, as decisões tomadas são lavradas em ata eletrônica. Verificamos que o conselho vem cumprido o determinado em estatuto social, uma vez que vem atendendo as determinações da assembleia, efetuando o planejamento e traçando normas para as operações e serviços da cooperativa e controlando seus resultados.

O atual conselho foi eleito em 29 de março de 2019, com mandato de 4 anos até março de 2023.

1.3- Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente e delibera de acordo com o que determina o Estatuto Social, emitindo uma ata de forma eletrônica com as deliberações tomadas. Efetuando a análise da documentação referente ao balancete do mês anterior a reunião.

Verificamos que o conselho vem emitindo parecer referente às contas do exercício financeiro, emitindo parecer aprovando as contas e o resultado do exercício, recomendando a aprovação pela assembleia.

O atual conselho fiscal, assim como o conselho de administração, foi eleito em 29 de março de 2019, com mandato de 4 anos até março de 2023.

1.4- Prestação de Contas

A prestação anual de contas obedece ao disposto no art. 44 da Lei 5.764/71, oferecendo volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório de gestão. O exercício contábil de 2018 foi aprovado em AGO na assembleia de 29 de março de 2019.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

1.5 - Provisão para Devedores Duvidosos:

O registro contábil da provisão é suportado pelo Sistema USEALL. Verificamos que o montante provisionado na contabilidade, posição 31/12/2019, atende o que dispõe a Resolução da ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

1.6 - Inadimplência

De acordo com os relatórios em 31/12/2019, a cooperativa possuía um total de operações vencidas de R\$ 8.710 mil. Este montante representa 30,4% do total das Operações de Fornecimento de Energia e Serviços.

DESCRIÇÃO	VALORES COLETÍVEIS							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2019	Total 2018
	CORRENTE A VENCER		EXERCENTE VENCIBILIDADE					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Até 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	Até 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	7.835	13	880	21	21	877	2.821	138	309	2	828	1.498	8.718	4.812
Residencial	788	-	81	9	18	216	828	2	3	-	9	128	81	88
Industria	1.111	-	76	4	1	55	941	112	123	1	71	1.049	2.816	1.148
Comercial	126	-	22	1	1	25	208	2	2	1	0	172	217	24
Rural	1.674	-	299	1	1	24	941	4	1	1	27	174	1.021	421
Podere Público	0	-	-	-	-	1	11	-	-	-	-	-	17	11
Iluminação Pública	181	-	-	-	-	12	111	-	-	-	-	-	127	81
Serviço Público	13	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	1
Serviço Tercido	7	-	1	1	-	8	194	-	-	-	-	-	79	10
Fornecimento Não Faturado	199	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.588	1.761
Outras Categorias de Consumidores	19	17	11	2	0	-	111	-	-	-	-	-	836	40
Total	7.185	13	881	22	21	877	3.831	138	309	2	828	1.498	8.718	6.412

4.7 - Estatuto Social

O Estatuto Social vigente possui disposições atualizadas considerando sua última alteração ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2019, registrado na JUCESC em 05 de agosto de 2019, sob número 20196012139.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

III - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem na extensão e profundidade julgada necessárias na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comerciais e cooperativistas vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

5.1 – Balanço Patrimonial

ATIVO		2019	2018
CIRCULANTE	Nota	32.415	26.423
Caixa e equivalentes de caixa		14.342	14.051
Consumidores	04	8.710	6.812
Serviços em curso		574	531
Tributos compensáveis		967	927
Almoxarifado operacional		318	436
Adiantamentos		4.601	122
Ativos regulatórios		1.332	2.015
Despesas pagas antecipadamente		117	91
Outros ativos circulantes		1.452	1.438
NÃO CIRCULANTE		66.070	66.898
Tributos compensáveis		316	445
Depósitos judiciais e cauções		3	3
Participações societárias		501	476
Imobilizado	05	65.209	65.145
Intangível	05	41	29
TOTAL DO ATIVO		98.484	92.521
PASSIVO			
CIRCULANTE		7.898	6.851
Fornecedores		202	303
Obrigações sociais e trabalhistas		1.547	1.554
Tributos		1.229	901
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		24	24
Encargos setoriais		1.170	1.355
Passivos regulatórios		961	70
Repasses a realizar		1.966	1.844
NÃO CIRCULANTE		2.499	2.638
Provisão para litígios		122	6
Obrigações vinculadas a permissão	08	2.375	2.631
Outros passivos não circulantes		1	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	88.887	83.832
Capital social		170	165
Reservas de capital		8.513	8.513
Reavaliação regulatória compulsória		7.897	8.456
Reservas de sobras		69.550	64.126
Sobras a disposição da AGO		2.757	2.572
TOTAL DO PASSIVO		98.484	92.521

5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

		2019	2018
Receita / Ingresso	11	69.318	66.199
Fornecimento de Energia Elétrica		28.816	27.571
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		26.748	24.056
Ativos e passivos regulatórios		(686)	258
Serviços cobráveis		29	48
Doações, contribuições e Subvenções		14.411	14.266
Tributos		(12.144)	(11.433)
ICMS		(12.027)	(11.403)
PI E COFINS		(54)	(17)
ISS		(62)	(13)
Encargos - "Parcela A"		(7.072)	(6.988)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(5.169)	(3.951)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSSE		(109)	(100)
Outros Encargos		(1.794)	(2.937)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		50.102	47.778
 Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"		(29.218)	(27.870)
Energia elétrica comprada para revenda		(29.218)	(27.870)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		20.884	19.908
 Custos Gerenciáveis - "Parcela B"		(16.833)	(16.421)
Pessoal e Administradores	12	(9.577)	(8.049)
Materiais		(1.730)	(2.273)
Serviço de Terceiros		(754)	(921)
Arrendamentos e Aluguéis		(342)	(319)
Seguros		(21)	(49)
Provisões		(139)	(31)
(-) Recuperação de Despesas		96	112
Tributos		(65)	(89)
Depreciação e Amortização		(3.810)	(3.681)
Gastos Diversos		(1.382)	(1.311)
Outras Receitas Operacionais		1.755	1.027
Outras Despesas Operacionais		(866)	(837)
Resultado da Atividade		4.051	3.487
Resultado Financeiro		1.266	1.413
Despesas Financeiras		(84)	(77)
Receitas Financeiras		1.351	1.490
Resultado Não Operacional		-	-
Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros		5.317	4.900
Despesas com Impostos sobre os Lucros		(131)	(70)
Resultado Líquido do Exercício		5.187	4.830

5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Dividendos Substituição	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTOS RESULTADOS REGULATÓRIOS	RESERVAS ESTABELECIDAS				SÓBRAS (PERDA) DISPONÍVEL DA ASEL	TOTAIS	
						FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATOS	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SÓBRAS			TOTALS
SALDOS INÍCIO/17	100	1.242	7.288	8.514	-	7.867	3.881	31.952	17.546	61.246	1.075	79.116
1 - AUMENTO DE CAPITAL												
- Incorporação de ações de quotas	9											9
2 - AUMENTO DE RESERVAS												
- Dotações estatutárias						372	991	2.289		3.652	(1.000)	2.652
- Avaliação regularizada (Aditivo Contábil Permanente)									1.124	1.124	(1.124)	
- Dotações AGD										1.274	(1.274)	
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS												
- Realização de Fatos							(1.150)			(1.150)		(1.150)
- Realização de quotas avaliadas permanentemente				(1.150)	(15)					(15)	1.035	
- Quotas Regulatórias (QRs)												
- Ajustes de exercícios anteriores												
4 - SÓBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO											4.531	4.531
SALDOS INÍCIO/18	109	1.242	7.288	8.406	(15)	8.039	3.766	33.007	19.126	64.127	2.571	80.002
1 - AUMENTO DE CAPITAL												
- Incorporação de ações de quotas	9											9
2 - AUMENTO DE RESERVAS												
- Dotações estatutárias						407	771	1.819		2.997	(2.000)	997
- Avaliação regularizada (Aditivo Contábil Permanente)									2.219	2.219	(2.219)	
- Dotações AGD										1.274	(1.274)	
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS												
- Realização de Fatos							(1.130)			(1.130)		(1.130)
- Realização de quotas avaliadas permanentemente				(1.130)	(15)					(15)	1.015	
- Quotas Regulatórias (QRs)												
- Ajustes de exercícios anteriores												
4 - SÓBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO											5.136	5.136
SALDOS INÍCIO/19	118	1.242	7.288	7.296	(30)	8.514	3.676	38.747	21.094	69.851	1.747	88.887

5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

	2019	2018
SOBRAS LIQUIDASANTES DA TRIBUTAÇÃO E DESTINAÇÕES	5.318	4.900
Sobras do exercício	5.318	4.900
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.407)	(714)
Redução (Aumento) de consumidores associados	(1.898)	157
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	88	110
Redução (Aumento) de estoques	118	(102)
Redução (Aumento) de adiantamentos	(4.479)	3
Redução (Aumento) de despesas exere. seguintes	-	18
Redução (Aumento) de serviços em curso	143	(152)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	683	(353)
Redução (Aumento) de outras contas a receber	(40)	186
Aumento (Redução) de fornecedores	(103)	(319)
Aumento (Redução) de obrigações sociais	(7)	116
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	328	45
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	(185)	(459)
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	891	45
Aumento (Redução) de processos civis a pagar	116	(5)
Aumento (Redução) de outros débitos	122	(4)
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	911	4.186
IRPJ E CSLL	(131)	(70)
CAIXA LIQUIDA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	780	4.116
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(356)	1.168
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	-	-
(Aumento) Redução dos investimentos	(23)	(39)
(Aumento) Redução do imobilizado	(64)	816
(Aumento) Redução do intangível	(12)	16
(Aumento) Redução de obrigações vinc. a permissão	(256)	395
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(133)	(322)
Realização de reservas	(138)	(328)
Aumento (Redução) do capital social	5	6
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	291	4.962
Disponibilidades no início do exercício	14.051	9.089
Disponibilidades no final do exercício	14.342	14.051

5.5 – Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Muracajá, Sombrio, Jicinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 124 localidades.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que afetem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita (ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e ajustadas quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota "10" e "19" das demonstrações contábeis societárias, a partir do exercício social 2015.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios directos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

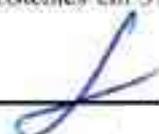
A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda atualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.



04 – CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2019	Total 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	7.188	17	501	52	21	827	(892)	138	329	3	835	(348)	8.718	6.812
Residencial	785	-	153	6	33	118	(138)	4	3	-	9	(12)	982	863
Industrial	1.611	-	76	41	3	371	(371)	112	223	1	781	(308)	2.616	1.949
Comercial	286	-	83	1	1	77	(78)	8	2	1	33	(17)	717	544
Rural	1.054	-	284	1	5	88	(88)	8	1	1	22	(19)	1.925	1.223
Poderes Públicos	67	-	-	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	67	57
Iluminação Pública	127	-	-	-	-	12	(12)	-	-	-	-	-	127	81
Serviço Público	15	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	7
Serviço Taxado	1	-	1	1	-	4	(16)	-	-	-	-	-	(9)	10
Fornecimento Não Faturado	1.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.020	1.584
Outros Créditos de Consumidores	159	17	11	2	1	-	(33)	-	-	-	-	-	159	408
Total	7.188	17	501	52	21	827	(892)	138	329	3	835	(348)	8.718	6.812

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

05-IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	98.453	2.998	(2.320)	-	-	99.131	5308	(30.301)	68.812	62.720	(1.444)	-	(1.444)
Terrenos	148	-	-	-	-	148	-	-	148	148	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	207	-	-	-	-	207	-	(83)	122	129	-	-	-
Máquinas e equipamentos	88.236	2.890	(2.162)	-	-	88.874	638	(29.463)	59.811	61.256	(1.444)	-	(1.444)
Veículos	1.590	171	(124)	-	-	1.550	47	(514)	1.042	1.073	-	-	-
Móveis e utensílios	333	9	(34)	-	-	328	(25)	(259)	89	114	-	-	-
Administração	934	248	(100)	-	-	1.082	348	(405)	677	538	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	535	36	(7)	-	-	564	29	(219)	365	371	-	-	-
Veículos	232	19	(64)	-	-	187	(45)	(89)	98	112	-	-	-
Móveis e utensílios	147	193	(29)	-	-	311	164	(97)	214	52	-	-	-
Comercialização	18	-	(1)	-	-	17	1	(4)	13	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	17	-	-	-	-	17	-	(4)	13	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	1	-	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	91.485	3.228	(2.421)	-	-	92.212	5.649	(30.710)	61.502	63.285	(1.444)	-	(1.444)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Rescisão	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	1.708	8.748	(6.749)	-	-	3.707	-	-	3.707	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	165	5.288	(2.975)	-	-	2.478	-	-	2.478	-	-	-	-
Outros	1.543	3.460	(3.774)	-	-	1.229	-	-	1.229	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	182	4	(186)	-	-	-	(182)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	182	4	(186)	-	-	-	(182)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.890	8.752	(6.935)	-	-	3.707	(182)	-	3.707	-	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	93.298	11.980	(9.556)	-	-	95.919	5.467	(38.710)	62.209	63.255	(1.444)	-	(1.444)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Ratios (B)	Transferência (C)	Resgate	Valor bruto em 31/12/2019	Ativos Líquidos (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativos Intangíveis em Serviço										
Distribuição	364	-	-	-	-	364	-	(354)	10	23
Substâncias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	364	-	-	-	-	364	-	(354)	10	23
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	39	23	-	-	-	62	23	(38)	24	6
Substâncias	39	23	-	-	-	62	23	(38)	24	6
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	7	-	-	-	7	7	-	7	-
Substâncias	-	7	-	-	-	7	7	-	7	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	403	30	-	-	-	433	30	(392)	41	29
Ativos Intangíveis em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Substâncias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Substâncias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Substâncias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Ativos Intangíveis	403	30	-	-	-	433	30	(392)	41	29

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - RS MB	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
Ativo Bruto	88.236	2.808	(2.162)	-	-	88.874	638
Transformador de Distribuição	11.888	590	(437)	-	-	11.221	153
Medidor	3.246	253	(227)	-	-	3.272	26
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	23.237	644	(806)	-	-	23.075	538
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	21.904	1.307	(29)	-	-	23.182	1.278
Redes Alta Tensão (69 kV)	739	-	(1)	-	-	729	1
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	6.425	-	-	-	-	6.425	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	21.627	6	(1.362)	-	-	20.271	1.368
Obrigações Especiais do Ativo Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, PAD, Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-
Orgânicos da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de materiais	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019			2018	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	-	91.488	(30.698)	60.790	62.684
Custo histórico	-	78.299	(24.947)	53.417	54.251
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	13.229	(5.856)	7.373	8.433
Administração	-	1.144	(444)	700	576
Custo histórico	-	1.277	(566)	711	561
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	(135)	122	(11)	15
Comercialização	-	17	(4)	13	15
Custo histórico	-	17	(6)	13	15
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
	-	92.649	(31.146)	61.503	63.275
Em curso					
Distribuição	-	3.706	-	3.706	1.687
Administração	-	-	-	-	1
Comercialização	-	-	-	-	182
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
	-	3.706	-	3.706	1.870
TOTAL	-	96.355	(31.146)	65.209	65.145

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Composição das adições do exercício, por tipo de custo capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Custos	Total
Terenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.144	1.340	-	-	-	-	3.484
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Realizar	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	112	111	-	-	-	-	223
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	2.256	1.451	-	-	-	-	3.707

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à utilização, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição	
Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador de Distribuição (tensão inferior a 69 kV)	4,00
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR
POSTE DUPLO T CONCRETO 10 M, 10,5 M/300 daN	207.809,50
CONDUTOR ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X50MM ² +50MM ²	199.194,52
TRANSCEPTOR DE DADOS - MEDIDOR TRIF. ELET.15(120)A - MOD. H34- 0112 /PLC	183.545,64
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	157.988,67
CONDUTOR ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X35MM ² +35MM ²	157.109,21
POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M/300 daN	152.837,88
POSTE DUPLO T CONCRETO 10 M, 10,5 M/600 daN	126.227,25
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	120.538,70
CONDUTOR ALUMÍNIO NÚ 2 AWG	117.977,48
POSTE DUPLO T CONCRETO 12 M/300 daN	115.170,17

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	95.350,90
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	85.757,43
CONDUTOR ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 4 AWG	81.471,19
POSTE DUPLO T CONCRETO 10 M, 10,5 M/150 daN	69.808,09
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 45 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	68.504,64
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 112,5 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLA	66.990,56
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 15 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	63.224,36
POSTE DUPLO T CONCRETO 9 M/150 daN	48.380,43
AUTOMÓVEL FIAT PUNTO HLX 1.8	41.287,68
POSTE DUPLO T CONCRETO 10 M, 10,5 M/300 daN	38.263,31

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

06 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/18	Adição	Amortização	Remoção	Transferências	Saldo em 31/12/19	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.015	2.951	(7.634)			1.332	-	1.332	1.332	
Neutralidade da Parcela A	2.015	2.951	(7.634)			1.332	-	1.332	1.332	
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/18	Adição	Amortização	Remoção	Transferências	Saldo em 31/12/19	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	70	1.028	(1.17)			961		961	100	861
Neutralidade da Parcela A	70	1.028	(1.17)			961		961	961	

07 – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CERSUL nos anos de 2019 e 2018 não contraiu nenhum empréstimo e financiamento nas entidades financeiras credenciadas.

08 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS

Os saldos referentes a previsão para litígios aumentaram em R\$ 116 mil do exercício de 2018 para 2019.

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018		6			6
Constituição		65	51		116
Baixas/reversão					
Atualização					
Saldo em 31/12/2019		71	51		122

09 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Exercícios	-	2.317	-	-	2.317
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	2.112	-	-	2.112
Doações e Subs. à Invest. no Serviço Concedido	-	205	-	-	205
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de receitas	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(G) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subs. à Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de receitas	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	-	2.317	-	-	2.317

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Aditivos (a)	Baixas (b)	Transf. a crédito (c + d)	Rescaldo	Valor Bruto em 31/12/2019	Aditivos Especiais (e) (R\$ mil)	Amort. Incid. Anual	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Serviço	1.492	625	-	-	-	2.117	625	-	2.317	1.492
Participação de União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1.487	625	-	-	-	2.112	625	-	2.112	1.487
Doações e Subs. a Invest. do Serviço Concedido	205	-	-	-	-	205	-	-	205	205
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Continuação de Serv. Póli. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios de exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.492	625	-	-	-	2.117	625	-	2.317	1.492
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Aditivos (a)	Baixas (b)	Transf. a crédito (c + d)	Rescaldo	Valor Bruto em 31/12/2019	Aditivos Especiais (e) (R\$ mil)	Amort. Incid. Anual	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Curso	220	641	(803)	-	-	58	(1.494)	-	58	220
Participação de União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	180	821	(700)	-	-	11	(100)	-	11	199
Doações e Subs. a Invest. do Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Continuação de Serv. Póli. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recuperação	9	101	(78)	-	-	32	23	-	32	9
Valores Não Aplicados	12	19	(16)	-	-	15	3	-	15	12
Outros	718	-	(219)	-	-	499	(718)	-	499	718
Ultrapassagem de demanda	345	-	(300)	-	-	45	(390)	-	45	345
Exercícios de exercícios	320	-	(320)	-	-	-	(320)	-	-	320
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	918	641	(1.823)	-	-	58	(724)	-	58	918

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O valor do capital social de R\$ 170 mil pertence inteiramente a associados domiciliados no país, correspondente à participação de 17.133 (dezanove mil, cento e trinta e três) associados em 31/dez./2019.

	2019	2018
Capital Social		
Capital subscrito	176	171
(-) Capital à Integralizar	(6)	(6)
Total do Grupo	170	165
Reservas de Capital		
Doações e subvenções	1.236	1.236
Doações e subvenções a realizar	(3)	(3)
Outras Reservas	7.280	7.280
Total do Grupo	8.513	8.513
Outros Resultados Abrangentes		
Reavaliação regulatória compulsória	9.397	10.288
Realização da reavaliação regulatória compulsória	(1.500)	(1.832)
Total do Grupo	7.897	8.456
Reservas de lucros		
Reserva legal	8.526	8.038
Reserva Ass. Técnica Educacional e Social	3.577	3.166
Reserva Manutenção Ampliação e Melhoria	35.788	33.836
Reserva de Sobras Revertidas	21.693	19.121
(+ / -) Ajustes resultado Reg. x Soc.	(34)	(34)
Total do Grupo	69.550	64.127
Lucros (prejuízos) acumulados		
Sobras Líquidas Apuradas		
Lucros (prejuízos) acumulados	2.757	2.572
Total do Grupo	2.757	2.572
Total patrimônio líquido	88.887	83.833

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

11 – RECEITA BRUTA / INGRESSOS

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	18.208	17.377	104.810	132.474	55.175	51.755
Residencial	9.219	8.810	21.800	20.521	9.538	9.192
Industrial	440	340	62.674	63.861	26.236	23.863
Comercial	1.783	1.637	11.706	11.128	6.100	5.423
Rural	6.398	6.251	29	28.695	10.207	9.255
Poder público	260	239	1.832	1.761	1.005	898
Iluminação pública	81	78	6.271	6.099	1.883	1.770
Serviço público	27	22	498	409	206	154
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	18.208	17.377	104.810	132.474	55.175	51.755
Consumidores Cativeis	18.208	17.377	104.810	132.474	55.175	51.755
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Suprimentos - Agente de Distribuição						
Regulatórias	10	9	176	215	15.608	14.444
Constituição e Amortiz. - Neutralidade e IF					(680)	258
Fornecimento - Não faturado					388	37
Consumo Próprio	10	9	176	215	94	107
Serviços Cobráveis					29	47
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					14.411	13.995
Total	18.208	17.377	104.810	132.474	69.318	51.755



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

12 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2019 importou em R\$ 9.577 e no exercício anterior de R\$ 8.049, ocasionado um aumento de 18,98 % em relação ao exercício anterior. Nas despesas com os administradores houve um aumento de 29,1% em relação ao exercício anterior.

	2019	2018
Pessoal	9.191	7.750
Remuneração	5.551	4.851
Encargos	2.116	2.381
Previdência Privada		
Assistência Médica	319	159
Despesas rescisórias	427	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		
Outros Benefícios - Corrente		
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
(-) Transferências para imobilização em curso		
Outros	778	259
Administradores	386	299
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	386	299
Benefícios dos administradores		
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
Total	9.577	8.049

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

13 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A permissionária não atua nos negócios de geração e transmissão, e o negócio de comercialização dentro da distribuição, foi abolido na última modificação do manual de contabilidade do setor elétrico (MSCE).

14 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A Censul, sediada na cidade de Turvo - SC, atende atualmente cerca de 17 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 54 milhões de reais.

Em 28 de novembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2008 entre a União e a Censul por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definir a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A Censul optou por celebrar termo aditivo contratual.

Em 17 de novembro de 2016, foi publicada a Lei nº 13.360, que criou a subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, permissionárias e concessionárias de distribuição de energia, cabendo à Anel definir a forma de cálculo e os valores.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a "Parcela A", formada pelos custos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a "Parcela B", formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico de 19 de setembro de 2018 (Fla. 47 Nota Técnica nº 208/2018-SGT/ANEEL, de 19 de setembro de 2018):



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Processo tarifário	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	3.773.946,02	3.171.399,35	43,07%	4,41%	13,02%
Taxa de Fix. de Cargas de E. E. – TFCCE	100.001,00	129.982,00	-29,99%	2,69%	0,23%
Costa de Desenvolvimento Energético – CDE	4.404.902,08	6.829.952,38	-48,10%	4,08%	11,65%
PERDA	1.886.758,36	1.021.262,65	54,08%	0,28%	2,28%
ENERGIA COMPRADA	17.712.911,81	14.425.942,68	20,29%	-6,29%	24,11%
Energia	17.712.911,81	14.425.942,68	20,29%	-6,29%	24,11%
TRANSPORTE DE ENERGIA	3.020.802,34	3.419.110,02	-4,42%	0,73%	19,27%
Use do sistema de distribuição	3.020.802,34	3.419.110,02	-4,42%	0,73%	19,27%
Total Parcela A	22.395.860,21	21.718.152,64	2,20%	-1,09%	52,19%
Total Parcela B	25.834.349,51	28.019.192,34	-22,54%	9,08%	45,87%
Variação econômica				7,42%	
COMPONENTES FINANCEIRAS				Participação	
Receita de PROCEFAE		1.411.602,64		0,66%	
Restauração Energia Distribuída		16.982,42		0,07%	
Subvenção CDE		(17.778.102,30)		(6,71)%	
Total Financeiras		8.706.482,76		-6,08%	
Variação econômica financeira				8,68%	
Resultado dos Componentes Financeiros relativos ao processo tarifário				18,53%	
Efeito do ajuste de taxa descontos tarifários substanciais pela CDE				1,72%	
Efeito sobre a taxa percentual para Consumidores				19,83%	

Os custos da Parcela A representam 54,13% da receita econômica da Permissionária. O aumento dos custos relativos a essa parcela representa -1,45% da variação econômico financeira da Cersul, cuja variação total foi de 7,63%, com destaque para:

- Encargos Setoriais.** O valor total dos encargos setoriais variou em 41,57% em comparação aos valores referentes ao último processo tarifário, correspondendo ao efeito de 4,41% no presente reajuste tarifário. Essa variação decorre dos novos custos unitários de CDE para 2019, vigentes a partir da REH 2.510/2018;
- Custos de Transmissão.** Variação de 4,42% em relação ao processo anterior, equivalendo a um impacto tarifário de 0,73%. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário de 2019 da Celesc;
- Compra de Energia.** Variação de -20,25% em relação ao processo anterior, contribuindo com redução de -6,59% na tarifa vigente, esse impacto é reflexo da nova tarifa de suprimento da Celesc para a Cersul.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 45,87% da Receita, resultando num efeito de 9,08% na variação econômico financeira da tarifa vigente.

Ao resultado da variação econômica, de 7,63%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de -17,09%, contribuindo com o efeito final de -9,46% sobre as tarifas de energia elétrica vigentes para a Cersul.

SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Quanto à **subvenção da CDE para descontos tarifários**¹², valor mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Cersul, em relação às competências entre setembro de 2019 a agosto de 2020, é de R\$ 2.990.741,37. Esse valor já inclui o ajuste da diferença entre os valores previstos e os realizados entre setembro de 2018 a agosto de 2019. A Tabela a seguir mostra o cálculo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Tipo de Subsidio	Diferença cobertura e apurado	Previsão 2019/2020	Previsão 2019/2020 + Diferença
Subsidio Destinação	- 189,87	-	189,87
Subsidio Água, Esgoto e Saneamento	- 453,29	1.987,01	2.440,31
Subsidio Rural	148,77	233.865,82	234.314,58
Subsidio - Irregular/Aquícola	- 8.907,48	18.520,88	12.923,23
TOTAL	- 8.091,87	253.373,71	249.228,44

15 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Concessionária segue a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária segue a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Nota de Ajuste	2019			2018		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Ativo circulante		32.415	0	32.415	26.423	0	26.423
Caixa e equivalentes de caixa		14.342	0	14.342	14.051	0	14.051
Consumíveis		8.667	0	8.667	6.769	0	6.769
Serviços em curso		708	0	708	644	0	644
Ajustamento diversos		55	0	55	68	0	68
Tributos compensáveis		967	0	967	927	0	927
Ativo variável operacional		4.919	0	4.919	558	0	558
Ativos regulatórios		1.332	0	1.332	2.015	0	2.015
Despesas pagas antecipadamente		117	0	117	91	0	91
Outros ativos circulantes		1.307	0	1.307	1.299	0	1.299
Ativo não circulante		66.130	(61)	66.070	66.161	(63)	66.098
Tributos compensáveis		316	0	316	445	0	445
Depósitos judiciais e cações		5	0	5	5	0	5
Outros ativos não circulantes	15.1	28.118	(28.118)	0	26.474	(26.474)	0
Bens e ativ. não vinculadas		501	0	501	476	0	476
Imobilizado	13.2	60	65.148	65.209	60	65.080	65.140
Intangível	15.3	37.132	(37.091)	41	38.702	(38.674)	29
ATIVO		98.545,17	(60,92)	98.484,24	92.584,40	(62,85)	92.521,63

Descrição	Nota de Ajuste	2019			2018		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Passivo circulante		7.098	0	7.098	6.850	0	6.850
Fornecedores		202	0	202	303	0	303
Salários e ordenados a pagar		346	0	346	323	0	323
Impostos, taxas e contribuições		1.552	0	1.552	1.229	0	1.229
Sobras a repassar geração		1.379	0	1.379	1.379	0	1.379
Energias sociais		1.170	0	1.170	1.355	0	1.355
Passivos regulatórios		961	0	961	70	0	70
Provisão para férias		873	0	873	894	0	894
Outros passivos circulantes		616	0	616	496	0	496
Passivo não Circulante		2.499	0	2.499	2.630	0	2.630
Provisão para litígios		122	0	122	6	0	6
Outros passivos não circulantes		1	0	1	1	0	1
Obrigações vinculadas à concessão		2.375	0	2.375	2.631	0	2.631
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.948	(61)	88.887	83.896	(63)	83.833
Capital Realizado		170	0	170	165	0	165
Reservas de capital		1.233	0	1.233	1.233	0	1.233
Outras Reservas de Capital		7.280	0	7.280	7.280	0	7.280
Avaliação Regulatória Compulsória		7.896	0	7.896	8.456	0	8.456
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.7	28	(28)	0	28	(28)	0
Fundo de Reserva Legal		8.526	0	8.526	8.039	0	8.039
FATES		3.577	0	3.577	3.166	0	3.166
Reserva de Ampliação		35.788	0	35.788	33.836	0	33.836
Reserva de sobras	15.8	21.693	(34)	21.659	19.121	(34)	19.087
Sobras à disposição da Assembleia		2.756	2	2.757	2.572	0	2.572
PASSIVO		98.545	(61)	98.484	92.584	(63)	92.522

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Nota de Ajuste	2019			2018		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Receita / Ingresso		74.514	(5.190)	69.318	71.109	(4.910)	66.199
Fornecimento de energia elétrica		28.816		28.816	27.571		27.571
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		26.748		26.748	24.056		24.056
Ativos e Passivos Regulatórios	15.6	(600)		(600)	258		258
Serviços cobráveis		29		29	47		47
Doações, contrib. e subvenç. ao serviço concedido		14.411		14.411	14.266		14.266
Outras Receitas	15.5	8.106	(5.190)	0	4.910	(4.910)	0
Tributos		(12.144)	0	(12.144)	(11.433)	0	(11.433)
ICMS		(12.027)		(12.027)	(11.403)		(11.403)
PIS-PASEP		(10)		(10)	(3)		(3)
COFINS		(45)		(45)	(14)		(14)
ISS		(62)		(62)	(13)		(13)
Encargos - Parcela "A"		(7.072)	0	(7.072)	(6.900)	0	(6.900)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(5.169)		(5.169)	(3.951)		(3.951)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(100)		(100)	(100)		(100)
Outros encargos		(1.794)		(1.794)	(2.937)		(2.937)
Receita líquida / Ingresso líquido		55.208	(5.190)	50.102	52.688	(4.910)	47.778
Custos não gerenciais - Parcela "A"		(29.218)	0	(29.218)	(27.870)	0	(27.870)
Energia elétrica comprada para revenda		(29.218)		(29.218)	(27.870)		(27.870)
Resultado antes dos custos gerenciais		26.000	(5.190)	20.884	24.818	(4.910)	19.908
Custos gerenciais - Parcela "B"		(22.031)	5.198	(16.833)	(21.341)	4.920	(16.421)
Pessoal e administradores		(9.577)		(9.577)	(8.049)		(8.049)
Material		(1.730)		(1.730)	(2.273)		(2.273)
Serviços de terceiros		(754)		(754)	(921)		(921)
Arrendamentos e aluguéis		(342)		(342)	(319)		(319)
Seguros		(21)		(21)	(49)		(49)
Provisões		(120)		(120)	(37)		(37)
(-) Recuperação de despesas		96		96	112		112
Tributos		(63)		(63)	(89)		(89)
Depreciação e amortização	15.4	(3.812)	2	(3.810)	(3.691)	10	(3.681)
Gastos diversos		(1.382)		(1.382)	(1.305)		(1.305)
Outros custos operacionais	15.6	1.755		1.755	1.027		1.027
Outras despesas operacionais	15.5	(0.062)	5.198	(866)	(5.747)	4.910	(837)
Resultado da Atividade		4.049	2	4.051	3.478	10	3.488
Resultado Financeiro		1.266	0	1.266	1.413	0	1.413
Despesas financeiras		(84)		(84)	(77)		(77)
Receitas financeiras		1.351		1.351	1.490		1.490
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		5.315	2	5.317	4.891	10	4.901
IRPJ / CNLL		(131)		(131)	(70)		(70)
Resultado líquido do exercício		5.184	2	5.187	4.821	10	4.831

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

[15.1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissão, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[15.2] IMOBILIZADO

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

Classificação conforme permissão	2019	2018
Ativo financeiro indenizável (Nota 15.1)	28.118	26.474
Imobilizado societário	60	60
Intangível - Uso da Infra-Estrutura (Nota 15.3)	37.132	38.702
Total Societário	65.310	65.236
(*) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória Societária	(61)	(63)
(**) Imobilizado + Intangível Regulatório	65.250	65.174

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[15.3] INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovaram respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[15.4] DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO

A diferença na depreciação e amortização de R\$ 2 mil reais, entre a contabilidade regulatória (R\$ 3.810) e societária (R\$ 3.812), refere-se à realização das despesas com depreciação do valor da avaliação a valor justo (realizada em 2010 na contabilidade societária).

[15.5] OUTRAS RECEITAS E GASTOS

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adouada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

[15.6] RESULTADO COM ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que a então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão e permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

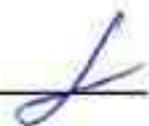
A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios a partir deste período, gerando tais ajustes de resultado do exercício de 2015.

[15.7] AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)

Com a adoção inicial das novas normas contábeis, a permissionária realizou no período de 201 a avaliação patrimonial nos grupos classificados como terrenos, benfeitorias e veículos. Conforme Ofício de Encerramento de janeiro de 2013, o respectivo valor da avaliação inicial societária foi estornado do balanço regulatório.

[15.8] AJUSTE DE RESERVAS DE SOBRAS

Refere-se a diferença entre o resultado da realização entre a Reavaliação Compulsória Regulatória e o Ajuste de Avaliação Patrimonial. A diferença de R\$ 34 mil reais se ajustará no período seguinte (2020) quando da realização da depreciação da mais valia societária neste mesmo valor.



II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

5.6 – Relatório Auditor Independente

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turva – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, com data de 13 de março de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação de capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 14 de Maio de 2020.


Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/0-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Rua Vinador Maria Cuelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 100 - São José - SC
Ondine Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 - e-mail: auditors@audiconsult.com.br

Participações

Direção Geral e Produção

Setor Contábil

Colaboração

Setor Técnico

Setor de Recursos Humanos

Setor TI

Setor Comercial

Setor Financeiro

Auditoria

Audiconsult Auditores S/S

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei n° 5.764/1971

Resolução CFC n° 1.255/09

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis – CPC

Despacho n° 4.356 de 22/11/2017 SFF/ANEEL

Estatuto Social da Cersul Cooperativa de Distribuição de Energia

Agradecimentos

Conselho Administração

Conselho Fiscal